

História das ideias linguísticas: história, ideias e possibilidades investigativas

Alexandre José da Silva¹

Caminhos iniciais

É imperativo tratar de questões concernentes à *História das Ideias Linguísticas* e, para isso, tecer, inicialmente, o esclarecimento de que o objeto a ser estudado por esse *domínio historiográfico*² tem sua origem na interação entre duas grandes áreas de conhecimento: história e, mais modernamente, linguística.

Na verdade, o liame, há muito conhecido, entre História e Língua – consequentemente, Linguística³ – assevera que, desde tempos longínquos – visto que a comunicação, a preparação e as perspectivas históricas se efetivaram, em grande parte, por meio das línguas, nos planos da oralidade ou da escrita – a representação dos fatos faz com que a História não seja apenas o espelhar de um acontecimento situado em uma perspectiva específica, mas um processo em que os sujeitos elaboram sentidos em um determinado contexto, seja ele qual for, social, cultural ou ideológi-

1 Doutor em Língua Portuguesa - PUC-SP

2 *Domínio historiográfico*: campos temáticos escolhidos pelos historiadores na investigação historiográfica (por exemplo: Ideias, Direito, Religiosidade, Vida Privada). Conforme Novais e Forastieri (2010, p. 20): “Como um domínio do saber, a história apresenta, relativamente aos outros domínios, uma maior abrangência e menor objetividade. E claro que se pode obter que objetividade e cientificidade nas ciências humanas não têm o mesmo alcance que nas chamadas ciências exatas, por isso mesmo que exatas (...). Retomando: a história, como um domínio do saber, a história-discurso, tem uma longa História, e nessa travessia apresenta transformações e metamorfoses, como na modernidade o diálogo com as ciências sociais; mas mantém, durante todo o percurso, os traços originais de sua geração primeva”

3 Incipientemente e de maneira rudimentar, entendendo *Linguística* como apreciação e reflexão acerca de estruturas da linguagem e da língua

co, por exemplo. Para isso, evidentemente, o plano de elaboração do sentido não se concretiza sem que percebamos a relação entre sujeito, fato e, principalmente, língua.

Dessarte, faz-se necessário indicar o entrelaçamento entre Linguística e História, uma vez que, a partir dessa interdisciplinaridade, poderemos observar a História em sua totalidade, e não mais em seu isolamento disciplinar, em voga durante longos anos. Nesse sentido, a aproximação entre as duas áreas revela que a História, hoje, mais que arrolar datas e fatos, procura discutir novos objetivos; atitudes perante a vida e a morte, crenças, comportamentos, religiões etc. e a Linguística que, *grosso modo*, estuda o meio essencial da comunicação humana, a linguagem. (FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 132).

Uma vez entendida a necessidade de entrelaçar as duas áreas que eram paralelas, mas isoladas, surgem trabalhos relacionando-as, e a História passa a ser vista não apenas como um saber de fatos. Muito ao contrário disso, pensadores modernos dizem que os fatos não apresentam realidade exterior e, portanto, dependem exclusivamente de ideias e representações⁴. Assim, repensar a História passar a ser uma condição *sine qua non*, afinal

Quando se trabalha com fatos ocorridos na longa duração do tempo, e, conseqüentemente, se propõe levar em conta os saberes construídos em estados de sociedades diferentes, pertencentes a áreas culturais eventualmente diferentes, é preciso constituir uma concepção do objeto (os saberes construídos sobre as linguagens e as línguas) tão pouco normativa sobre o plano epistemológico quanto possível. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 16)

Por conseguinte, já que a manifestação de ideias que circulam ao redor de um saber sofre influências não só de acontecimentos políticos, sociais ou culturais, mas também de experiências legadas do passado, ou seja, de fatos ocorridos na longa duração do tempo, é fundamental termos em mente o seguinte: o pesquisador da *História das Ideias Linguísticas* deve observar a importância da relação interdisciplinar entre história e linguística, uma vez que, até então, eram consideradas áreas de conhecimento distintas e não relacionáveis; cada uma delas centrada no seu objeto. História: é o arrolar de datas e fatos. Linguística: é a comunicação humana.

Nesse sentido, do século XIX até o presente momento, é sabido que muitas foram as transformações ocorridas na ciência, na tecnologia e no comportamento humano. E pelo menos nos últimos cem anos, a História viveu muitas transforma-

4 O campo das representações abarca todas e quaisquer transposições mentais de uma realidade exterior e está ligado ao processo de abstração (LE GOFF *apud* NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri, 2011)

ções, entre elas o total de sua abrangência e sua possível relação com outros campos do saber (Sociologia, Antropologia, Psicologia, Pedagogia, Linguística). Segundo Barros (2007, p. 202),

Alguns domínios surgem e desaparecem ao sabor das modas historiográficas – motivados por eventos sociais e políticos, ou mesmo por ditames editoriais e tendências de mercado. Outros surgem quando para eles se mostra preparada a sociedade na qual se insere a comunidade de historiadores [...]

A História das Ideias é um domínio que conquistou sua perenidade no quadro de alternativas historiográficas desde princípios do século XX. Passou por variações no que se refere às concepções das diversas gerações de historiadores das ideias, mas sem sombra de dúvida conquistou um lugar bastante privilegiado no Campo da História.

Surge, pois, a necessidade de se investigarem novos temas (educação, família, por exemplo) e novos documentos (testamentos, inventários, cartas – manuscritas ou impressas). Tais fontes de análise subsidiariam interpretações mais consistentes, pois os fatos seriam analisados *pari passu* a seus contextos históricos.

Importante destacar que a rede de diálogos ou conexões da História com outros campos⁵ do saber, nos quais a Linguística se insere, sedimentou a possibilidade de novas abordagens em relação ao ato de se (re)pensar o passado. O exame do passado, como bem observou Barros (2011, p. 56), na perspectiva interdisciplinar, indica uma tendência marcante e atual no que tange à historiografia, pois em detrimento de uma cultura examinada como sistema por vezes estático, privilegia-se cada vez mais a dinamicidade. Isso é perceptível através do uso não apenas dos novos conceitos, como também de novas metáforas e maneiras de sentir os sistemas culturais.

Barros (2011, p. 60), testifica, ainda, que os novos horizontes estabelecidos pelas conexões entre os campos de saber têm permitido precisamente o estabelecimento de um novo olhar sobre objetos que habitualmente têm sido beneficiados por um tratamento historiográfico econômico, político ou demográfico. Sua expansão, por conseguinte, vai muito além dos objetos e processos habitualmente tidos por culturais, de modo que é sempre oportuno enfatizar como a História Cultural tem se oferecido cada vez mais como campo historiográfico aberto a novas conexões com outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem proporcionado aos historiadores um rico espaço para a formulação conceitual.

5 Na acepção de Domínio, ou seja, campo temático mais específico, caso, por exemplo, da *História das Ideias Linguísticas*

Na tentativa de se construir uma nova concepção de História, pautada em ações como: a ampliação em relação à noção de fonte histórica, a observação do fato histórico como uma construção histórica, o desejo de se construir uma história ao alcance de todas as esferas das atividades humanas e o imbricamento com outras áreas (Economia, Geografia, Linguística), em oposição a uma *história tradicional*⁶, houve, por parte dos historiadores, uma *revolução documental*, já que a tônica das investigações não estava mais nas hagiografias, nas biografias de personalidades notórias ou na descrição de feitos heroicos.

1. História das Ideias Linguísticas: história – *revolução documental*⁷

É inerente ao ser humano a preocupação em fazer história, independentemente da época. Na Antiguidade, história era sinônimo de narração ordenada dos fatos numa sucessão temporal. Para os gregos, sua significação estava vinculada à informação e à investigação científica que almejava pelo desvendar das questões ligadas ao universo. Para os romanos, era sinônimo de patriotismo, já que a ideia era servir de modelo na condução da pátria, principalmente por conta dos efeitos surgidos da dominação romana no Ocidente.

Na Idade Média, a história passa a ter um alcance filosófico baseado em uma visão de mundo surgida do triunfo do Cristianismo. Nos dizeres de Glénisson (1986, p. 13), “a vinda de Cristo tinha um sentido para todos os homens. Exigia-se, portanto, uma nova concepção da história universal, na medida em que esta deveria ser dotada de uma unidade”.

6 Entendida, também, como *história historizante*, que se preocupa com fatos (políticos, militares, por exemplo) e o arrolar desses fatos numa perspectiva meramente descritiva

7 A expressão “revolução documental” faz referência à mudança proporcionada pela Nova História no que diz respeito ao documento histórico. Nos dizeres de Le Goff (A História Nova, p. 133), “a História Nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história essencialmente baseada em textos e em documentos escritos, por uma história fundamentada numa ampla variedade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos iconográficos, resultados de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme ou, quando se trata de um passado mais longínquo, vestígios de pólen fóssil, uma ferramenta”, In: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri. *Nova História em perspectiva*. São Paulo, Cosac Naify, 2011

Já no Renascimento, o racionalismo se impõe. A preocupação passa a ser a busca pelos textos antigos e documentos, a fim de se reconstituir o passado. No século XVIII, os pensadores iluministas mostravam a história como progresso da humanidade. Já no século XIX, muitos países passaram a criar sociedades de pesquisa para que houvesse o levantamento das documentações referentes ao próprio passado.

Desse modo, era mais do que necessária a elaboração de métodos e leis que promovessem a objetividade na história. Para isso, cabia ao historiador realizar um levantamento estritamente minucioso dos fatos.

Logo, a proposta de se fazer uma nova leitura da história surge com o objetivo de outros aspectos – e não mais o político – serem observados. Ao negar o aspecto político da história, qualquer historiador passa, pois, a ampliar o seu horizonte, já que busca novos campos e novos objetos de pesquisa. O caminhar da história, então, vai das posições para as representações, das hierarquias para as relações. Por conseguinte, essa negação do aspecto político do horizonte da História permite ao historiador se aventurar cada vez mais em novos campos e novos objetos de pesquisa.

É no início do século XX, portanto, na realização de uma proposta nova de se fazer História (em oposição a uma história tradicional), que se presenciou, em 1929, na França, o surgimento da *École des Annales*⁸, assunto do qual trataremos a seguir.

História-problema: Annales – objetivos

Para os seus fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, a fim de fazer valer a mudança pela qual almejavam, tornava-se necessário:

- 1 - fazer com que a história deixasse de ser um empilhamento de narrativas de acontecimentos e se realizasse em torno de uma história-problema⁹;

8 Importante dizer que, em paralelo à criação dos *Annales*, no ano da grande crise econômica mundial de 1929, a revista *Les Annales D'Histoire Économique et Sociale* é idealizada e fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, aproveitando-se da necessidade de se mudar a visão de uma história política para uma história preocupada com os aspectos econômicos e sociais que se impunham por conta do momento de crise

9 Para os historiadores dos *Annales*, história-problema é a história que alcança todas as atividades humanas, que alarga o conceito de fonte histórica e se coaduna com outras disciplinas, objetivando a interdisciplinaridade

- 2 - realizar história de todas as atividades humanas, e não apenas da história política;
- 3 - fazer com que outras áreas viessem colaborar com a ampla abertura temática a que se propunham.

Da relação que os *Annales* promoveram com outras áreas, a Linguística não se ausentou. Como se lê nas bem observadas palavras de Chevalier (1995, p. 84):

No grande jogo contemporâneo das comparações interdisciplinares, parece bastante evidente, ou melhor, natural que linguística e história devam ser confrontadas; nesta ciência do movimento dos povos que a história institui, seria estranho que não desempenhasse seu papel a ciência que estuda esse meio essencial de comunicação, as linguagens. Dos grandes e importantes progressos realizados pela linguística, há vários decênios, que fizeram provavelmente – e para muitos – dessa disciplina uma ciência-piloto, a história deveria tirar grande proveito.

A renovação promovida pelos *Annales*, no que tange ao estudo histórico, revelou que a história tradicional – alicerçada na simples narrativa de acontecimentos ou no simples acumular de documentos – não dava conta de explicar os mais variados fatores – sociais, culturais, políticos, filosóficos, econômicos – vinculados à produção ou à elaboração de documentos. Nesse sentido,urgia a necessidade de se repensar o passado por meio de novos conceitos e hipóteses, tornando a fonte documental um material de comprovação ou não da hipótese levantada.

Logo, a proposta de se fazer uma nova leitura da história, ampliando o olhar para aspectos que extrapolassem o aspecto político, surge e, desse modo, como bem observou Dosse (2003, p. 370), uma característica marcante originada dos *Annales* é a negação do aspecto político da história. Assim,

Entre os *Annales* dos anos 30 e os dos anos 80, pode-se localizar certo número de continuidades e discontinuidades. A mesma negação do aspecto político dos *Annales* desde seu nascimento, o mesmo procedimento de captação das ciências sociais, de tudo que aparece como novo, a mesma terceira via entre história tradicional historicista e o marxismo ossificado, da qual os *Annales* preencherão os vazios ao investir em domínios inexplorados, e ao mesmo tempo quebra-mares de resistência ao marxismo e substituto deste último: não ideologia, mas mentalidade, não materialismo mas materialidade, não dialética mas estrutura.

Não conformados com a *história historizante*, Lucien Febvre e Marc Bloch iniciaram o pensamento de uma história-ciência que pudesse construir e reconstruir o passado, fugindo de uma história pautada no arrolar de datas e fatos. Para isso, o objeto dessa nova perspectiva da história passa a ser o homem, suas realizações e significações no mundo.

Todavia, não deixaríamos, ainda, de perceber que a análise histórica registraria como fato importante a história militar, a dos reis, da diplomacia, de maneira puramente narrativa, descritiva e, por que não, dogmática¹⁰.

Por conta dessa antiga narrativa convencional da história, a inquietação de alguns historiadores faz com que uma *Nova História* surja a fim de não apenas recontar o passado, mas também de derrubar os muros historizantes que circundavam o fazer histórico. O passado precisaria ser cirurgicamente aberto, alargado e interpretado, e o procedimento para promover a mudança substancial na compreensão da história seria realizado pelos *Annales*.

Logo, nas palavras precisas de Stuart Clark (2011, p.183-4),

Foi com o propósito de derrubar os muros intelectuais que a circundavam que o medievalista Marc Bloch e seu colega na Universidade de Estrasburgo, Lucien Febvre, fundaram em 1929 o primeiro *Annales* (*Annales d'Histoire Economique et Sociale*). Bloch e Febvre desdenhavam o que consideravam ser o positivismo estéril da historiografia oficial¹¹ (...) e passaram a julgar irremediavelmente artificial e irrelevante a história

10 Para Le Goff (2011, p. 146), é, também, “história econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes e não somente história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, e não unicamente dos reis e dos grandes homens. História das estruturas, e não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações e não história estática, história-quadro. História explicativa, e não história puramente narrativa, descritiva ou dogmática”

11 Provável referência ao pensamento de um dos maiores historiadores do século XIX, no caso, Leopold von Ranke – nascido em 21/12/1795, em Wiehe, Alemanha e falecido em 23/05/1886, em Berlim, Alemanha. Considerado o pai da história científica, definiu a medida de boa parte dos escritos históricos posteriores, introduzindo ideias importantes acerca do uso do método científico na pesquisa histórica, principalmente quanto ao uso de fontes primárias. Dava ao documento (fonte) uma valorização exacerbada, além de defender a ideia de que a história deveria se pautar pela objetividade. A expressão **Wie Es Eigentlich Gewesen** (mostrar aquilo que realmente aconteceu) é considerada por muitos historiadores um princípio-base. Para muitos historiadores, a expressão significa dizer que os fatos históricos deveriam ser apenas apresentados e não interpretados. Para essas poucas palavras a respeito de von Ranke, servimo-nos da seguinte fonte: <https://www.britannica.com/biography/Leopold-von-Ranke> - Acesso realizado em 08/2018

centrada em eventos isolados, ligados apenas por sua posição relativa em séries cronológicas.

1.2 A Escola dos *Annales*: fases

A Escola dos *Annales*, surgida em paralelo à criação dos *Annales*, apresentava três fases distintas e se alicerçava nas mesmas proposições apresentadas no editorial do primeiro número da revista, ou seja, procurava romper com a *história historizante* e promulgar uma nova abordagem.

A primeira fase, de 1920 a 1945, encabeçada por Lucien Febvre e Marc Bloch, alardeava a necessidade de uma mudança abrupta em prelação à compreensão da História. Além disso, promulgava uma abertura mais ampla nas propostas e métodos de investigação histórica e refutava a história tradicional.

A segunda fase englobava, de 1945 a 1968, ficou conhecida como *Era Braudel*. Apresentava a concepção do tempo de longa duração e o método serial (divisão em três partes do tempo histórico: a) o tempo curto – fatos e acontecimentos aparentemente independentes; b) as conjunturas – um ritmo mais lento das variações históricas; c) as estruturas – durabilidade e estabilidade das realidades de um espaço histórico de longa duração).

A terceira fase, de 1968 a 1989, foi presidida por Jacques Le Goff, ex-aluno de Braudel. Essa geração teve como marca fazer com que a história das mentalidades reaparecesse e ganhasse propulsão. Desse modo, centrou seus esforços na vida cotidiana, nas representações, nas interpretações e nas mentalidades e ampliou o conceito de *fonte histórica*, uma vez que se utilizava de uma miscelânea de fontes: testamentos, inventários, documentos religiosos, psicológicos, orais, arqueológicos, entre outras fontes. Nesse sentido, a História das Mentalidades propõe um trabalho de representação do indivíduo que integra a sociedade, observando o modo de pensar, agir e se comportar desse indivíduo. Em outras palavras¹²,

busca identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, interpretada e deixada para

12 Segundo Barros (2007, p. 203), “A partir do limiar em que o Historiador das Ideias avança pela investigação de ideias que já se apresentam desencarnadas de autoria – ou porque estão mergulhadas na chamada cultura popular, ou porque se referem à coletividade em sentido mais amplo – sua prática historiográfica começa a se inserir em um profícuo diálogo com aqueles setores da História Cultural que investigam as visões de mundo, representações e expressões coletivas. Também aqui, na medida em que estas ideias começam a tocar em algo como as mentalidades ou o “inconsciente coletivo”, poderemos começar a vislumbrar os diálogos da História das Ideias com dimensões como a História das Mentalidades”

a posteridade. Nesse sentido, é necessário pensar essa *história* como um trabalho de *representação*, isto é, como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse. Essa representação passa a ser entendida como uma interligação: uma *imagem presente* suscita um *objeto ausente*, numa relação de interdependência que regula os indivíduos em diversas situações (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 23).

O fato de o conhecimento científico passar por transformações que visavam a uma relação de trabalho de não somente um pesquisador, mas das relações entre os pesquisadores das diversas ciências, gera os conceitos de inter, transdisciplinaridade e pluridisciplinaridade. Isso ocasiona muitos direcionamentos no que diz respeito à (re)construção de uma determinada realidade social para os tempos vindouros.

Entre as muitas possibilidades de direcionamentos, percebemos a *História das Ideias*. Esse domínio cada vez mais perene¹³ no universo historiográfico revela que sua base se alicerça na pluralidade disciplinar e conceitual.

Na obra *Domínios da História*, Falcon (2007) traça um panorama sobre a *História das Ideias* indicando que a ideia não é uma representação, mas um processo (intertextual e contextualizado), que articula, estruturalmente, o passado e o presente por meio do discurso. Assevera, ainda, a importância de algumas questões teóricas marcarem de modo contumaz as análises sobre a produção e natureza do discurso histórico, a partir da década de 1970. Um exemplo foi aquilo que se convencionou chamar de «giro linguístico», ou *linguistic turn*¹⁴, e os assim denominados retornos, em especial, o do sujeito. Segundo o pesquisador, a discussão acerca do «retorno do sujeito» é, na verdade, o que resultou da progressiva superação da conhecida distinção epistemológica entre sujeito e objeto do conhecimento no âmbito da atividade historiadora, distinção herdada do século XIX.

Assim sendo, validar a ideia de que sujeito e objeto, como bases da prática da historicização, são separáveis, mostra-se insustentável, já que não é mais possível

13 A perenidade se faz presente em Portugal, também, afinal em Coimbra, de um Instituto de Teoria e História das Ideias, ligado à Faculdade de Letras, fundado em 1974 pelo professor José Sebastião da Silva Dias, surgiu a Revista de História das Ideias. Hoje, em seu 26º número, é uma publicação pioneira e do mais alto nível científico. Site: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/portugues/rev/index.html> - Acesso realizado em agosto de 2018

14 Para Forastieri (2015, p. 382), “O chamado *linguistic turn* foi traduzido para o espanhol, e agora para o português, como ‘giro linguístico’. Esta expressão ficou consagrada inicialmente no contexto da tradição da filosofia analítica anglo-saxônica para indicar que muitas das questões tidas como problemas na filosofia poderiam na verdade ser consideradas problemas de linguagem.”

promover a negação do desempenho do sujeito na matéria histórica ou no discurso histórico (Falcon, 2007). Destaca-se, pois, a importância do sujeito na relação coadunada entre matéria e discurso:

Trata-se de um longo processo, já esboçado desde as primeiras décadas do século XX, no qual podemos detectar a presença de alguns dos pressupostos teórico-metodológicos que revelam uma forte presença do historicismo. Paralelamente a esse fenômeno, entretanto, nota-se na historiografia atual, sobretudo após o declínio das abordagens totalizantes de cunho estrutural, um crescimento significativo do papel desempenhado pela busca e tratamento dos chamados dados empíricos pelos historiadores empenhados na produção de conhecimento histórico acerca de objetos os mais variados, ou mesmo inesperados. A noção de um processo caracterizado como de retorno do sujeito, refere-se assim a duas coisas distintas, mas mutuamente complementares: a busca da presença, papel, e importância do sujeito – individual ou coletivo – no próprio processo histórico; (FALCON, 2007. p. 505)

Percebe-se que as consequências oriundas de tais atitudes se reforçam e se embasam na importância da língua – instrumento decisivo no que tange às práticas e representações sociais transmitidas pelas fontes documentais.

Desta feita, concordamos com Auroux (1992) quando define *História das Ideias* como um saber elaborado sobre uma língua, fruto de uma reflexão ou atividade metalinguística, afinal

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição uma espessura temporal, um horizonte de retrospectiva. O saber (e as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro (AUROUX, 1992, p. 12)

Desse modo, textos e discursos de vários campos e de diversos objetivos se transformam em fontes de documentação nas quais o pesquisador busca identificar peculiaridades linguísticas, enunciativas e discursivas que o auxiliem a esboçar um conjunto representativo de uma certa época, contextualizada histórica e ideologicamente.

Fica evidente que a incomparabilidade de conhecimentos fechados em paradigmas¹⁵ inviabiliza a riqueza do historicismo, o que, para Auroux (1992), se aproxima de uma concepção mítica. Sobre esse raciocínio, o autor anuncia que

A história dos saberes linguísticos é feita justamente de seus desenvolvimentos, suas interações e até mesmo da passagem da tematização de certos fenômenos de um tipo a outro, como o demonstra o desenvolvimento da concepção das partes do discurso na Grécia, mas também o das teorias medievais. (AUROUX, 1992, p. 19)

Compreender o conceito de *cumulação* é condição prevalectente para o historiador das ideias (linguísticas), uma vez que os fatos descritos e analisados para o devir são o produto da atividade dos descritores do passado, e não instâncias assentadas em paradigmas que destroem o passado.

Na visão de Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 270)¹⁶,

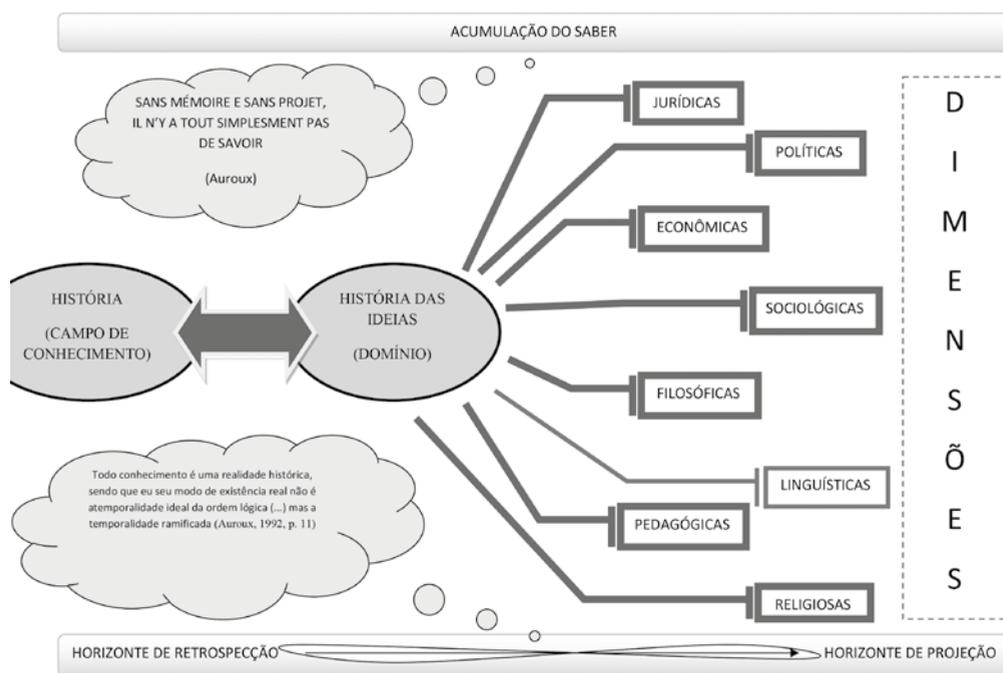
um físico pode perfeitamente ignorar o caminho histórico que conduz ao presente. Para ele, o passado é válido e integrado ao presente. Não é certo que esse seja o caso para o linguista. Primeiro, porque os fatos que ele descreve são em parte o produto da atividade dos descritores do passado: gramatização e gramaticalização se articulam às vezes estreitamente e a descrição das línguas é também uma fábrica de línguas. As línguas não são os objetos do mundo, mas sim as representações construídas por aqueles que as descrevem. Depois, porque uma parte dos instrumentos existentes é herdada. Mas a transmissão não é transmissão do mesmo. A recepção

15 Para Auroux (1992), na história das ciências da linguagem, o ponto a ser considerado é a quantidade de investigações acumuladas e seus resultados, e não a descontinuidade. Afinal, por meio da escrita é que a história das representações linguísticas se concretizou

16 Os autores testificam, ainda, que “os historiadores da linguística debateram largamente a questão para saber se o modelo kuhniano era aplicável em seu domínio. Admite-se hoje que ele não é aplicável, notadamente porque a linguística é, como as outras ciências sociais, uma disciplina de baixa taxa de reinscrição, a diferença das disciplinas de alta taxa de reinscrição, como a matemática. Essa noção de taxa de reinscrição serve para medir a capacidade que tem a disciplina para integrar suas aquisições. Se há muitas rupturas teóricas em uma disciplina e, então, uma baixa taxa de reinscrição, os estados anteriores da disciplina conservam um interesse teórico direto. É tipicamente o caso da linguística, disciplina para a qual é muitas vezes interessante voltar-se aos estados anteriores da descrição.” (ibid., p. 40)

dos conceitos e das teorias é um processo em si histórico sobre o qual é conveniente não ser ingênuo.

O esquema a seguir, cuja reflexão metalinguística perpassa o horizonte de retrospectação¹⁷, permite visualizar as condições para que a história seja efetivamente entendida na sua *acumulação*, independentemente das mais variadas ramificações existentes nesse saber. Vejamos:



Nesse sentido, vimos frutificar, desde o início do século XIX e, especialmente, nas últimas três décadas do século XX, muitos trabalhos dedicados à *História das Ideias Linguísticas*.

Segundo Barros (2007, p.19), a *História das Ideias* mantém relações interdisciplinares e intradisciplinares e

o seu interesse tende a se renovar incorporando os demais progressos e novidades que se dão no seio da historiografia e das demais ciências humanas. Com relação às abordagens possíveis aos historiadores das

17 Entendendo horizonte de retrospectação como o estudo de artefatos culturais ao longo da história, ou seja, em seu tempo e espaço, a fim de verificar os conhecimentos que a condicionaram

idéias – aos seus métodos e fontes históricas possíveis – são empregadas as mais diversas abordagens, indo das variadas possibilidades de análise do discurso aos variados aportes trazidos pelos desenvolvimentos da Linguística e da Semiótica.

Assim, a *História das Ideias Linguísticas* é uma das abordagens possíveis aos historiadores das ideias.

Nos dizeres de Colombat, Fournier e Puech (2017), a produção de informações advindas do historiador das ideias linguísticas acerca do sistema científico que embasa as ciências da linguagem promove o alargamento no horizonte de retrospectão, uma vez que, entremeada dos conceitos inter e transdisciplinar, a História das Ideias Linguísticas terá, em seu bojo, a investigação do que seja uma *ideia linguística*, assunto sobre o qual nos debruçaremos a seguir.

2. História das Ideias Linguísticas: ideia linguística

Uma *ideia linguística* é todo saber construído em torno de uma língua, seja como produto de uma reflexão metalinguística seja como atividade metalinguística explícita ou implícita. Importante dizer que, no sintagma nominal *ideia(s) linguística(s)*, o termo *ideia* é fundamental e mais mesureiro em relação às variadas formas que pode tomar o saber na história ou em outras culturas. Conforme Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 16),

a noção de ‘teoria’ apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, na ocorrência daquela que se desenvolve no Ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, que consiste em supor problemas já tidos como resolvidos, preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo. (...) Sob esse termo *ideia*, subsumem-se todos os tipos de objetos que ultrapassam largamente aquele de ‘teoria’: há os *conceitos* (por exemplo, as partes do discurso), os *procedimentos* (adição, subtração, mutação, permuta, comparação etc. dos quais dependem os conceitos linguísticos importantes como o da elipse ou da analogia), as *técnicas* (como aquele da demonstração, que explica o recurso aos exemplos, aos paradigmas etc.).

Dessarte, estudar ideias linguísticas vincula-se a “difundir estudos sistemáticos que toquem a questão da história do conhecimento linguístico e da história da

língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (ORLANDI, 2001, p. 9) e também à “produção da informação sobre o sistema científico constituído pelas ciências da linguagem” (AUROUX, apud COLOMBAT, FOURNIER e PUECH, 2017, p. 18).

Assim, aquele que se aventurar pelos meandros da *História da Ideias Linguísticas* deverá criar as condições de uma reflexão informada sobre a epistemologia das ciências da linguagem e pela produção de informações confiáveis sobre:

- as teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram, os conceitos que elas elaboraram;
- a forma sob a qual os problemas foram colocados e conhecidos;
- ou, ainda, alargando um pouco a problemática sobre as questões mais gerais e mais fundamentais. Como os gramáticos e os linguistas concebem seu objeto em tal ou tal momento?
- Como foram apreendidos e concebidos os fatos e os dados, as regras e/ou as leis que os organizam. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 19)

Pensando nisso e corroborando o que diz Auroux (2009), os conhecimentos sobre a linguagem, na história humana, se fundamentaram e se constituíram por meio de dois grandes marcos considerados fundamentais: o surgimento da escrita e a gramatização das línguas no mundo.

O primeiro marco, o aparecimento da escrita, é um dos pilares necessários para o surgimento das reflexões sobre a linguagem. O segundo marco, a gramatização das línguas, mudou detidamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. E é no processo de gramatização das línguas que reside o fato de, entre outras revoluções importantes ao longo da história humana, termos vivenciado a revolução tecno-linguística denominada *Revolução Tecnológica da Gramatização*¹⁸.

18 A expressão faz menção à obra *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, de Sylvain Auroux. Obra canônica, fundamental e basilar para todos aqueles que se debruçam sobre as questões acerca da gramatização das línguas, saber linguístico, instrumentos tecnológicos e os postulados que regem e orientam os interessados na História das Ideias Linguísticas. Sylvain Auroux é um dos principais especialistas em história das ideias linguísticas da atualidade.

2.1 O nascimento das metalinguagens

Segundo Auroux (2009), a reflexão acerca do nascimento das metalinguagens apresenta dois tipos de saberes: um saber epilinguístico e um saber metalinguístico.

O saber epilinguístico é todo saber inconsciente que o usuário tem de sua língua e da natureza da linguagem. É o que permite, por exemplo, o entendimento satisfatório de piadas e jogos linguísticos. Já o saber metalinguístico é o sistema que nos permite a representação da linguagem e, desse modo, o avanço nas reflexões sobre o entendimento e a produção de piadas e jogos. Por isso, o autor explica que o aparecimento da escrita surge como uma revolução tecnológica, considerada a primeira grande e importante revolução, pois desempenhou um papel fundamental na passagem dos saberes epilinguísticos para os metalinguísticos e a *gramatização*, não como um mero conceito, mas como um fato ao longo de um grande período de tempo (13 séculos), considerada a segunda grande e importante revolução técnico-linguística.

Subsequentemente, após abordar o conceito de alteridade¹⁹, observa-se que a primeira análise gramatical surge não da necessidade de se falar uma língua qualquer, mas da compreensão de textos. Além disso, antes de apresentar as possíveis causas da gramatização das línguas, Auroux comenta que a gramática é, primeiramente, uma técnica escolar destinada às crianças que dominam mal sua língua ou que aprendem uma língua estrangeira.

Em relação às causas, a primeira delas é a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira em um contexto de tradição linguística. Contexto que responde a vários interesses, entre eles: acesso à língua da administração; *corpus* de textos; língua de cultura; relações comerciais e políticas; viagens; colonização. A segunda causa faz referência à organização e à regulação de uma língua literária e ao desenvolvimento da política de expansão linguística de uso interno e externo.

Fator fundamental e relevante é o conceito de *gramatização massiva*, ou seja, a quantidade significativa de dicionários e gramáticas de diversas línguas do mundo.

2.1.2 Gramatização

O processo de gramatização corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua para outra, que nunca é totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Essa transferência se fundamenta em dois tipos: endotransferência

19 Segundo Auroux (1992, p.13), “o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a alteridade, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita. [...] o florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um fato a resolver”. Ou seja, *alteridade* é (re)conhecer a presença do outro na e pela linguagem

(endogramatização) ou exotransferência (exogramatização). A gramatização espontânea (fora de transferência) corresponde a uma endogramatização. Um exemplo de endogramatização é a transferência de tecnologia das tradições linguísticas gregas para a língua latina. A gramatização dos vernáculos europeus, a partir das tradições latinas pelos europeus, também é um caso de endogramatização. Um caso de exogramatização é a transferência de tecnologia do português para as línguas indígenas, pelos portugueses – e não pelos indígenas. As (endo)(exo)transferências explicam o *processo massivo de gramatização*²⁰.

A gramatização, não como um conceito, mas como um fato ao longo de um grande período de tempo – 13 séculos –, é vista como a segunda revolução técnico-linguística – a primeira seria o surgimento da linguagem. –, ligada a necessidades que perpassam o interesse religioso, administrativo, cultural, político, exploratório, organizativo-regulatório, expansionista etc.

Segundo Auroux, a segunda revolução tem fim no século XIX – por conta de, no período em questão, ocorrer a cristalização dos instrumentos linguísticos considerados basilares no processo de gramatização: gramática e dicionário – criando uma rede homogênea de comunicação, obviamente iniciada na Europa (berço das antigas nações consideradas imperialistas).

Das ideias de Auroux, depreende-se que as ciências da natureza modificaram a ideia tradicional de ciência e impuseram às outras o modelo de cientificidade – fruto de suas consequências práticas e do advento da industrialização. Todavia, há de se considerar o fato de que as ciências humanas são anteriores em sua constituição teórica e que, sem a segunda revolução tecnológica, as ciências da natureza não teriam frutificado, visto que a rede de comunicação surgida e interligada não criaria a sedimentação de ideias.

No que diz respeito às ciências da linguagem, entre tantas outras transformações, o autor alerta para o fato do interesse pela gramática, que, simultaneamente, é considerada uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las.

Outro ponto bem frutificante diz respeito à explicação sobre o processo massivo de gramatização e a produção de instrumentos linguísticos fortemente vinculados

20 Oriundo do conceito *Gramatização*, processo massivo de gramatização ou *gramatização massiva* diz respeito ao grande número de publicações de dicionários e gramáticas de diversas línguas do mundo (publicações fortemente vinculadas aos domínios das nações europeias em relação a outros continentes). A gramatização massiva está ligada a necessidades que perpassam os mais variados interesses e terá fim no século XIX (momento de cristalização dos instrumentos linguísticos), sem deixar, entretanto, de criar uma rede homogênea de comunicação, iniciada, obviamente, na Europa (nascido das antigas nações consideradas imperialistas)

aos domínios das nações europeias em relação a outros continentes. Ademais, vale ressaltar que, segundo o autor, “o Renascimento constitui uma virada decisiva (...) e forma o eixo da segunda revolução técnico-linguística” (AUROUX, 1992, p. 37).

Destacam-se também as causas geradoras do processo de gramatização. Para Auroux, há uma necessidade de caráter prático e político. No que diz respeito ao *interesse prático* (primeira causa da gramatização), consideram-se:

- a doutrinação religiosa;
- a relação comercial e política;
- as expedições, explorações;
- a colonização;
- o acesso a uma língua de cultura.

Em relação à *política de uma língua dada* (segunda causa da gramatização), apresentam-se:

- a organização e a regularização de uma língua literária;
- o desenvolvimento político de expansão linguística de uso interno ou externo.

Auroux também nos alerta para o fato de que o conceito de revolução com o qual trabalha não se assemelha ao de Thomas Kuhn²¹ – “como uma mudança brutal que faz passar de um estado de ciência normal a um outro estado de ciência normal incomensurável com o precedente” (*op. cit.*, p. 62). Vale comentar a questão da distinção feita por Auroux, pois a proposição de Thomas Kuhn – escrita na sua principal obra, *A estrutura das revoluções científicas* –, surgida da necessidade de ter de ministrar um curso de História da Ciência para alunos das Humanidades, era a de que a ciência pode ser entendida como uma atividade estritamente controlada e racional – denominada *perspectiva formalista* – ou entendida como uma atividade concreta que se realiza

21 Thomas Samuel Kuhn (1922 - 1996) foi físico e filósofo da ciência. Suas obras incidiram sobre História da Ciência e Filosofia da Ciência, tornando-se referência no estudo do processo que leva ao desenvolvimento científico

no decorrer do tempo e apresenta peculiaridades e características próprias em cada época histórica – denominada *perspectiva historicista*.

Na perspectiva historicista de Kuhn, a ciência desenvolve-se por meio das seguintes etapas:

- formação de um paradigma;
- ciência normal;
- crise;
- ciência extraordinária;
- revolução científica;
- estabelecimento de um novo paradigma.

Segundo o autor, uma revolução científica ocorre a partir do momento em que um dos novos paradigmas ocupa o lugar de um paradigma tradicional, ocasionando um novo processo de ciência e gerando a incomensurabilidade dos paradigmas.

Assim sendo, fica claro notar o que é fundamental no conceito de gramatização: a gramática passa a ser considerada uma tecnologia e assim uma revolução tecnológica tão importante para a humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial ocorrida no século XIX.

Por isso, assevera Auroux (1992, p. 65) que a *gramatização* é “um processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”, ou seja, os *instrumentos linguísticos*, assunto a que nos dedicaremos a seguir.

2.1.3 Instrumentos Linguísticos/Postulados Investigativos

A gramática e o dicionário são *instrumentos linguísticos* oriundos do conceito de gramatização e carregam, em si, acepção de ferramentas ou artefatos tecnológicos. Testifica Auroux (2009, p.70):

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso ainda é mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que

figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas.

Dessarte, os *instrumentos linguísticos* são elementos de materialização e instrumentalização que contribuem para a competência linguística do interessado na “*técnica pedagógica de aprendizagem das línguas*” (*op. cit.*, p. 43) ou na descrição delas.

Logo, no caso da gramática²², por ser considerada a materialização que permite aprendizagem das línguas ou descrições delas, deve-se perceber que sua estrutura apresenta

a) uma categorização das unidades;

b) exemplos;

c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar), além disso, o conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso, morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de construção e, outro ponto fundamental, a constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um corpus), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las), como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras (AUROUX, 2009, p. 67).

22 O exemplo de constituição do instrumento linguístico Gramática ocorre por conta do seu estatuto de notoriedade ao longo da história

Frente ao grande e significativo número de dicionários e gramáticas de diversas línguas do mundo, a *História das Ideias Linguísticas* apresenta *postulados*²³ que conduzem e regem a investigação sobre um saber linguístico. São eles:

- *a definição puramente fenomenológica do objeto*, que subjaz à necessidade de se ter respeito às terminologias usadas na época em que foi produzido o objeto em análise, já que ele se constitui na diversidade das línguas;
- *a neutralidade epistemológica*, que indica a forma de abordar o objeto; e implica não dizer, tampouco determinar se objeto abordado é ou não ciência, afinal a palavra *ciência*, na metalinguagem inerente à história das ideias linguísticas, será compreendida como uma palavra descritiva. Tal postura não implica neutralidade verídica.
- *o historicismo moderado*, que diz respeito à necessidade de se resgatarmos os fatos históricos que permitirão o entendimento do objeto de estudo, sem, contudo, colocá-los em primeiro plano, sobrepondo-os aos aspectos linguísticos em análise. A moderação no historicismo garante que haja consistência em relação ao saber e independência em relação aos fenômenos.

Frente aos postulados pensados e elaborados por Aurox, não se pode deixar de mencionar os princípios produzidos por Colombat, Puech e Fournier, que são ferramentas seguras para o historiador das ciências da linguagem. Ao pensarem no modo de se fazer *História das Ideias Linguísticas*, os autores retomam o ponto nevrálgico na discussão: a acumulação. Segundo os autores, um nível fácil de resposta em relação ao *fazer* reside na exploração dos textos e na restauração ou reparação das ideias lá contidas. Surgem, então, duas características cruciais no *fazer*:

- a acumulação dos conhecimentos acerca dos saberes sobre a língua e a linguagem se estruturam na longa duração do tempo;
- tangenciando o conhecimento produzido na longa duração, há o esquecimento e o vazio na memória acumulativa.

Nessa aparente contradição entre acumulação x esquecimento/vazio, reside a reflexão mais profunda acerca dos conhecimentos que se fazem presentes na ciência da linguagem como condição *sine qua non*. Para os autores (2017, p. 17), “está aí uma das características epistemológicas importantes das ciências da linguagem”.

Assim, a reflexão acerca da acumulação é, segundo os autores, ímpar *na e para* a história das ciências da linguagem:

23 Criados e instituídos por Aurox em sua obra capital *A Revolução Tecnológica da Gramatização*

Certas disciplinas podem, por exemplo, ocorrer historicamente como pouco acumulativas; ou, mais exatamente, não provirem de um processo de acumulação que se engaja na longa duração do tempo. É isso que parece ser o caso de disciplinas como a Física ou a Química, nas quais os saberes construídos antes, respectivamente por Galileu e Lavoisier, não se originariam ainda plenamente dessas disciplinas, mas de alguma maneira de sua pré-história (COLOMBAT; PUECH; FOURNER, 2017, p. 17)

Assegurando o importante papel da acumulação nos saberes produzidos na longa duração, cabe ao historiador das ideias linguísticas instituir condições para que se promova uma reflexão apurada em relação aos aspectos que envolvem:

- - as teorias antigas e os que elas produziram de conhecimento e de elaboração de conceitos;
- - a maneira encontrada para que problemas fossem percebidos e colocados no conhecimento comum;
- - o modo como o objeto de investigação do gramático ou do linguista se apresentou em determinado momento; a forma como se deu o fato; a maneira como se pensou o possível ou o impossível em língua.

Alicerçados numa perspectiva *epistemológica descritiva*²⁴, cuja base se assenta no fato como ciência e, dentro de uma temporalidade, procura refletir coerentemente sobre seus diferentes aspectos – a saber: teórico, sociológico e prático –, temos os seguintes princípios:

- *a escolha da representatividade e o distanciamento em relação à erudição*; ou seja, muita vez, um instrumento linguístico esquecido pode ser muito representativo e muito necessário ao nosso conhecimento;
- *a importância do contexto de produção no qual as teorias emergem*; ou seja, a imprescindibilidade da ancoragem social e institucional;

24 O estudo crítico das ciências – epistemologia – apresenta também a *perspectiva epistemológica normativa* e a *perspectiva epistemológica avaliativa* (Cf. Colombat, Fournier e Puech, 2017, p. 38). A *perspectiva normativa* busca examinar a maneira de funcionamento do método, ou seja, o que é um raciocínio bem construído e conduzido. Já a *perspectiva avaliativa* examina as teorias envolvidas na construção do objeto pesquisado. Vale ressaltar que a *perspectiva epistemológica descritiva* é questionada por Kuhn, uma vez que, para ele, a ciência destrói seu passado. Kuhn partilha da ideia de que a ciência repousa em *paradigmas e rupturas de paradigmas* (cf. notas de rodapé 15 e 16 – assunto já mencionado).

- *a imprescindibilidade de se fazer a totalidade de um instrumento linguístico*; ou seja, historicizá-lo nos seus conceitos, em sua persistência e em sua transitividade;
- *a importância da não limitação*; ou seja, observar a necessidade da comensurabilidade das teorias.

Na seara dos postulados (Auroux) e dos princípios (Colombat, Puech e Fournier), o historiador das ideias linguísticas, segundo Fávero e Molina (2006, p. 29),

mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual.

Para isso, alguns métodos são postos àquele que se aventura nos meandros de uma pesquisa. São eles:

1º – a exaustividade: ao analisar um documento, o pesquisador nunca apreende conceitos, leis e teorias de forma abstrata. Pelo contrário, eles são percebidos numa unidade histórica anterior, em que são representados e podem ser recuperados e analisados.

Isso quer dizer que o ato de saber apresenta *um horizonte de retrospectão e um de projeção* (Auroux [1992] *apud* Fávero e Molina, 2006) e esse saber não destrói seu passado; ao contrário, ele o organiza e o escolhe, do mesmo modo que antecipa seu futuro.

Assim, quanto mais o inventário aumenta, mais esfumada a noção de exaustividade, cabendo ao pesquisador recolher os fios que constituem esses saberes, identificá-los e esticá-los para atá-los às diferentes áreas.

2º – A busca das fontes: empreitada extremamente perigosa, por vários motivos, especialmente pela dificuldade de acesso à documentação e pela seleção do material, uma vez que nem sempre é tarefa fácil conseguir localizar obras ou edições.

3º – O estudo da documentação: no tocante à análise do material, deve-se considerar o documento como dispositivo não sacralizado e, assim, interpretado no seio em que foi criado.

Sistematizando, chega-se ao seguinte esquema:



3. História das Ideias Linguísticas: possibilidades investigativas

Um ponto fundamental acerca da *História das Ideias Linguísticas* está alicerçado na compreensão de que não é possível tratar da questão da língua e de seus instrumentos tecnológicos se não levarmos em consideração a história de seus falantes e, por conseguinte, do povo falante dessa língua. Assim,

Observar a constituição destes instrumentos tecnológicos é tratar do modo como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade. A produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente. E a produção tecnológica relacionada com a linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade. (GUILMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 9)

E também

o estudioso da História das Ideias Linguísticas, mais que focalizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mer-

gulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos (FÁVERO;MOLINA, 2004, p. 144)

Na via de um pensamento científico que pensasse a importância da questão da língua e dos instrumentos linguísticos nas condições particulares da história brasileira, grupos de pesquisa se constituíram e se cristalizaram nessa empreitada de resgate histórico do saber linguístico no Brasil.

3.1 Ideias Linguísticas no Brasil

Em relação aos estudos a respeito das *Ideias Linguísticas no Brasil*, o *Instituto de Estudos da Linguagem* (Unicamp), no início de suas atividades, estabeleceu como meta “difundir estudos sistemáticos que tocassem a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (ORLANDI, 2001, p. 9). Grupo chefiado por Eni Orlandi²⁵, objetivava fazer com que a *História das Ideias Linguísticas no Brasil* se constituísse de instrumentos linguísticos específicos.

Assim, para tratar de nossa identidade nacional linguística, os seguintes temas foram elencados:

- a - gramatização da língua portuguesa, centrando a atenção sobre o aparecimento das primeiras gramáticas no Brasil, escritas por brasileiros;
- b - conteúdo da gramática, seus títulos, os prefácios, as diferentes edições etc.;
- c - comentários sintáticos, semânticos e lexicais feitos pelos próprios gramáticos;
- d - função dos dicionários no Brasil e em Portugal;
- e - filiações a que as gramáticas estavam vinculadas;
- f - instrumentos de jurisdição da língua, aspectos da oficialização de seu ensino, de regulamentação etc.;
- g - processo de alfabetização e da relação da escrita com a oralidade;
- h - línguas africanas e línguas indígenas no Brasil;
- i - processos linguísticos elaborados pela imigração.

25 Informações a respeito do grupo podem ser encontradas no site https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_05.html (tópico *história*). Acesso em outubro de 2017.

Esse conjunto de temas seria importante “para a formação do imaginário que sustenta a constituição da (unidade da) língua nacional, falando sobre sua pureza, sua natureza, etc.” (*idem*, p.17). Além disso, destaca-se o fato de que o grupo liderado por Orlandi, ao realizar uma proposição de se fazer *História das Ideias Linguísticas*, considera que os instrumentos linguísticos se relacionam fortemente com o ensino de língua portuguesa e se constituíram, no Brasil, na instituição chave para sua reprodução: a escola.

Nesse sentido, um dos períodos mais pesquisados, no que diz respeito à gramatização no Brasil, é o século XIX, pois, segundo Orlandi (*ibidem*, p. 8),

é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania.

Ressalta-se também que o imbricamento da *História das Ideias Linguísticas* com a *Análise de Discurso* permitiu que os instrumentos linguísticos fossem considerados históricos e ideológicos. Orlandi explica que

do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção (ORLANDI, 1996, p. 117).

Assim, o ponto de vista da análise do discurso permite observar outra roupagem no exame dos instrumentos linguísticos: a do “funcionamento discursivo²⁶” (investigação da história dos artefatos linguísticos tecnológicos, articulando, pois, o saber institucionalizado sobre a língua e a história da sociedade).

Não se pode deixar de mencionar o grupo de pesquisas **História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional – PUC-SP**, liderado pela professora Leonor Lopes Fávero que, desde meados da década de 1980, também investiga a *História das Ideias Linguísticas*.

Segundo Fávero e Molina (2006, p. 24-25), a *História das Ideias Linguísticas* envolve todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto de uma reflexão metalinguística ou de uma atividade metalinguística

26 Segundo a autora, o conceito de ‘funcionamento discursivo’ – na base dos princípios teóricos propostos por Pêcheux – permitiu empreender investigações de marcas formais que me remetessem à formação ideológica (ORLANDI, 1996, p. 125).

não explícita (...) contempla o estudo das Instituições onde, por exemplo (...) tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam.

Para tanto, na preocupação em se buscar um *arcabouço teórico*²⁷, cabe ao pesquisador perceber que a antiga muralha entre História e Linguística agora está ruída, uma vez que a junção entre elas surge por conta da emergência da interdisciplinaridade. Depreende-se, então, que a *História das Ideias Linguísticas* é considerada uma história cultural e, segundo as autoras, tem como objeto a identificação do modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade é construída.

No importante livro *As Concepções Linguísticas no Século XIX: a Gramática no Brasil*, Leonor Lopes Fávero e Márcia Molina, na análise que fazem do século XIX no Brasil, mapeiam os principais aspectos constitutivos da recém-formada *nação*: Constituição de 1824, o Romantismo e a mentalidade do brasileiro do início do século XIX. Segundo as autoras, o pesquisador da História das Ideias Linguísticas,

mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxer-

27 A expressão *arcabouço teórico* é o título do primeiro capítulo do livro de FÁVERO, Leonor Lopes e MOLINA, Márcia, no caso, *As Concepções Linguísticas no século XIX: A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, obra fundamental para quem procura conhecer a produção gramatical brasileira no século XIX. Ainda na seara das concepções linguísticas no Brasil, a obra *As Concepções Linguísticas no século XVIII – A Gramática Portuguesa*, traz uma contribuição especial para o estudo da história das ideias linguísticas em relação ao século em evidência no título da referida obra. De autoria apenas da grande e importante pesquisadora Leonor Lopes Fávero, o livro trata da ciência gramatical constituída em Portugal e no Brasil. Examina, entre outras, as gramáticas de Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo. Mais recentemente, as autoras lançaram o livro *As Concepções Linguísticas no Brasil no século XIX e no início do XX: gramáticas da infância* - indispensável a estudantes, profissionais e pesquisadores interessados na história da gramática no Brasil (Cf. FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e no início do XX: gramáticas da infância*. São Paulo: Terracota, 2019, 114 pp. Resenha de: SILVA, Alexandre J. *Revista Confluência*, nº 57, 2.º semestre de 2019, Rio de Janeiro). Esses três importantes livros são basilares para todos aqueles que pesquisam a história da gramática no Brasil e revelam que a história não pode ser vista como um simples arrolar de datas e fatos, mas sim uma entrelaçadora de dados e uma auxiliar na observação de como uma ideia linguística foi criada, frutificada, compreendida, interpretada e representada ao longo dos tempos

gando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da Linguística atual (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 29)

Caminhos finais

No momento em que o término deste capítulo se aproxima, vale dizer que apresentar a *história*, as *ideias* e as *possibilidades investigativas* da *História das Ideias Linguísticas (HIL)* foi a forma encontrada para trazer à baila os principais pontos desse tão importante campo de pesquisa²⁸. O entrelaçamento e a sedimentação permitiram confirmar que as pesquisas são volumosas e, hodiernamente, ramificadas para outros instrumentos linguísticos, visto que, no Brasil, os grupos de pesquisa exploram não apenas dicionários e gramáticas (instrumentos metalinguísticos explícitos).

Vale dizer, também, que a *História das Ideias Linguísticas* guarda diferenças importantes em relação a outro importante domínio investigativo: a *Historiografia Linguística*²⁹. Apesar de comumente pesquisadores dizerem que há mais proximidades do que afastamento das áreas, os conceitos de *ruptura* e *continuidade*, tão sedimentados e propagados pela historiografia linguística, mostram muita diferença em relação ao conceito de *acumulação*, tão importante para a história das ideias linguísticas, afinal um instrumento linguístico como a gramática

é caracterizado, ao mesmo tempo, pela ancianidade de sua origem e por sua orientação didática, presente no longo tempo dos fenômenos de estabilidade de reprodução marcantes. Essa força de inércia foi interpretada por certos historiadores como um fator de “obstáculos epistemológicos”

28 Cf. SILVA, Alexandre J. *Percurso Gramatical Brasileiro: estudo descritivo-analítico de gramáticas produzidas por acadêmicos – Contribuição à História da Gramática no Brasil*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2020. 351 pp

29 Incipientemente, podemos dizer que a *Historiografia Linguística (HL)* é a disciplina preocupada em proporcionar um relato descritivo-analítico acerca do modo como o conhecimento linguístico, num certo tempo, foi estabelecido, desenvolvido, transmitido e qual foi o transcurso do desenvolvimento. A HL estabelece os seguintes princípios metodológicos: *Contextualização* (reconstituição do clima de opinião no qual o objeto de estudo está inserido), *Imanência* (olhar moldado pelo clima de época na qual o objeto foi constituído) e *Adequação* (momento em que o historiógrafo se arrisca a fazer comparações entre o objeto de pesquisa e sua época e as teorias linguísticas de seu tempo). Para aprofundamento a respeito da HL, cf. BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013

(Bachelard, 1938: 14-9). É às vezes o caso. Mas ela corresponde também a outra característica epistemológica dos saberes linguísticos: sua cumulatividade na longa duração do tempo. Certas noções são inscritas no equipamento conceptual do gramático e do linguista há muitos séculos. Essa longevidade requer às vezes a “tradução” dos saberes veiculados pelas gramáticas, tradução necessitada pela adaptação a uma nova língua-objeto, uma nova metalíngua, ou novo sistema de representação. (COLOMBAT, FOURNIER & PUECH, 2017, p. 268-9)

Vale atentar, contudo, que a ideia de cumulatividade na longa duração do tempo não impede, evidentemente, o desenvolvimento de conhecimentos novos³⁰, consoante as feições e as vias de causalidade diversas que o historiador deve tentar resgatar.

Portanto, reforçamos, também, a importância da *História das Ideias Linguísticas* para a melhor compreensão do que hoje se produz e se estuda a respeito do idioma, afinal, seus procedimentos de análise fornecem o conhecimento do que foi proposto por autores que se debruçaram acerca de *instrumentos linguísticos* explícitos e implícitos.

Referências

- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In.: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. 2. ed. Campinas-SP: 2009.
- BARROS, José D´Assunção. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007.
- CLARK, Stuart. Os historiadores dos Annales, do original The return of grand theory in the human sciences, pp. 177-98. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Cristian. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: Dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia A. G. História das Ideias Linguísticas: origem, método e limitações. *Revista da Anpoll*, volume 1, nº 16, 2004.

30 O que o leitor perceberá ao longo deste livro, uma vez que os artigos aqui presentes apontam para possibilidades variadas de investigação linguística na História das Ideias Linguísticas

As concepções linguísticas no século XIX: A Gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Punicelli. *Língua e Cidadania: o português no Brasil.* Campinas: Pontes, 1996.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva.* São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.* São Paulo: Pontes, 2001.

SILVA, Alexandre J. Resenha do livro *As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e no início do XX: gramáticas da infância*, de Leonor Lopes Fávero e Márcia A. G. Molina. *Revista Confluência*, n° 57, 2.º semestre de 2019, Rio de Janeiro.

